CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-08-17	
O Secretário da Mesa	
Sofia Araújo (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2020.08.17 21:49:00 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4151 / XIV (1 .ª)

Assunto: Tempos Máximos de Resposta Garantidos para cirurgia

Destinatário: Ministra da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

«Mais de 40% dos doentes à espera de cirurgias fora do prazo aceitável». É com este título que o jornal Público dá conta, na sua edição de 17 de agosto, que «O efeito da pandemia é visível no aumento dos doentes à espera para lá do tempo definido. Há 242 mil doentes na lista de espera para cirurgia, dos quais mais de 100 mil viram ultrapassado o prazo recomendado para sua patologia. Quase 45 mil aguardavam há mais de um ano pela sua operação. São dados de maio, o último mês para o qual já há informações.»

O texto recorda, entre outros, que:

- «A 1 de julho, na comissão parlamentar de Saúde, a ministra Marta Temido disse que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) realizou menos 85 mil cirurgias até maio, comparando com o mesmo período do ano passado.»;

- Em janeiro estavam na Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) pouco mais de 252 mil doentes. Destes, cerca de 171 mil aguardavam dentro dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG). Ou seja, para 80.917 doentes inscritos (um terço do total) o prazo recomendado para a intervenção já tinha sido ultrapassado. Este número diminuiu em fevereiro, com 75.401 doentes nessa situação (30% do total). Mas a partir daí tem vindo sempre a piorar.»;

- Em março estavam 81.488 doentes fora dos tempos de espera clinicamente aceitáveis (33% do total de inscritos), em abril 95.600 (39%) e em maio – últimos dados disponíveis – estavam 103.912 (43%). Nesse mês, a lista de inscritos para cirurgia tinha 242.410 doentes, menos 1801 doentes em abril – que já tinha registado um decréscimo de inscritos em relação ao mês anterior. Estavam dentro do TMRG 138.498 doentes. Ou seja, como se viu, 43% do total de inscritos para cirurgia já estavam fora do recomendado. Em janeiro eram 32%.»;

- [citando a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)] *«[…] nos últimos meses*

verificou-se que o número de utentes à espera de cirurgia há mais de um ano era de 27.495 em janeiro, 35.056 em fevereiro, 37.233 em março, 40.953 em abril e 44.780 em maio.».

- «"No entanto, é de salientar que o SNS, através da sua rede hospitalar, está determinado a realizar o esforço necessário para cumprir o objetivo de melhorar o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, conforme ficou plasmado na recente conclusão da renegociação do processo de contratualização para 2020, que operacionaliza as políticas previstas no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), visando o aumento de produção hospitalar e tendo estabelecido como meta a recuperação de 25% da atividade cirúrgica de doentes em LIC acima do TMRG", acrescenta o organismo. Estão designados 26 milhões de euros.».

Os dados da ACSS usados pelo Público são de maio, mas, tendo em conta que em junho a Senhora Ministra da Saúde mandou novamente 'confinar' os hospitais de Lisboa, presume-se que os números atuais sejam muito mais elevados.

Por outro lado, sabe-se que o Ministério da Saúde aumentou a remuneração dos médicos para o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) interno e há, de facto, muita pressão para que estes profissionais trabalhem em tempo extra.

Mas o programa SIGIC tem vários problemas – ainda existem atos de 2018 por faturar e de 2019 por reconhecer. Enquanto o Ministério da Saúde não resolver os problemas processuais deste sistema e não regularizar os pagamentos em atraso, infelizmente, esta alternativa não estará em pleno funcionamento.

Há muito tempo que o CDS-PP alerta para o incumprimento dos TMRG tanto para cirurgias como para consultas de especialidade, tendo já questionado, oralmente e por escrito, várias vezes tanto a Senhora Ministra da Saúde como o Senhor Primeiro-Ministro. E temos questionado, também, sobre quais as medidas que o Governo tem estado a implementar para resolver o problema.

A última pergunta feita pelo Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP data de 4 de agosto e é sobre a retoma da atividade dos Cuidados de Saúde Primários e diagnósticos não Covid-19.

Mas numa outra, com data de 20 de novembro de 2019, sobre tempos de espera para cirurgia e primeiras consultas de especialidade no Serviço Nacional de Saúde, o gabinete da Senhora Ministra da Saúde escreve em resposta ao GP CDS-PP, e citamos:

- «O acesso constitui uma prioridade para o Ministério da Saúde e o cumprimento dos TMGR é um dos seus objetivos prioritários, estabelecido em diferentes orientações, normativos e compromissos assumidos pelos prestadores de cuidados de saúde que integram o SNS.»;

- «Em 2019, como reforço da estratégia de melhoria do acesso ao SNS, foi estabelecido com todos os hospitais do SNS um Plano Estratégico de Melhoria do Acesso com o objetivo de, por um lado, resolver os pedidos para primeira consulta hospitalar e para cirurgia com tempo de espera superior a um ano e, por outro lado, aumentar o grau de cumprimento dos TMRG.».

Sendo absolutamente necessário não descurar o combate e o controlo da pandemia provocada pela doença Covid-19, o GP CDS-PP entende, no entanto, que é urgente a implementação de medidas para dar resposta a outros problemas de saúde, questão que, frisamos de novo, já foi colocada à Senhora Ministra da Saúde, por mais de uma vez, quer por escrito quer oralmente

em audições na Assembleia da República.

Apesar das várias promessas de resolução dos tempos de espera excessivos, os utentes do SNS têm cada vez mais comprometido o seu acesso atempado aos cuidados de saúde de que necessitam.

Tendo em conta a gravidade dos factos em causa, e independentemente da pandemia provocada pela doença Covid-19, entende o CDS-PP voltar a questionar o Governo, no sentido de obter as necessárias explicações sobre o que verdadeiramente se está a passar no SNS em relação às listas de espera para cirurgia.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à Senhora Ministra da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Os dados sobre os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) para cirurgia, agora revelados, datam de maio, isto é, antes do 'confinamento' dos hospitais de Lisboa. O Ministério da Saúde tem já dados posteriores? Se sim, quais são? Confirma-se o esperado agravamento?

2- Quais os objetivos de recuperação definidos pelo Ministério da Saúde em consequência do aumento da remuneração dos médicos para o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC)?

3- Que medidas está o Ministério da Saúde a implementar para resolver os problemas processuais e pagamentos em atraso do SIGIC? Existe algum mapa faseado de resolução destes problemas? Se sim, qual?

3 – Reconhece V. Exa que as medidas que o Governo tem, alegadamente, vindo a tomar estão a ser insuficientes e ineficazes?

4- Qual o balanço, à data, do Plano Estratégico de Melhoria do Acesso estabelecido, em 2019, com todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS)?

5 - Não entende V. Exa. que o acesso dos utentes aos cuidados de saúde de que necessitam e em tempo clinicamente útil deve ser a prioridade do Governo?

Palácio de São Bento, 17 de agosto de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.